

# COMPARECIMENTO ELEITORAL E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

Denise Salles

*Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ*

✉ denisem.lopes@gmail.com

Diversos países da América Latina vêm sofrendo mudanças eleitorais importantes nos últimos anos, para as quais os especialistas ainda não têm respostas. Alguns países vêm apresentando alterações que podem representar um descenso significativo no comparecimento eleitoral. No Chile, por exemplo, observa-se uma redução no comparecimento às urnas e no cadastramento para votar, como ressalta Altman (2008). Além disso, há um crescimento da alienação e do cinismo, especialmente entre os jovens. Em muitos países onde o voto não é compulsório para a faixa etária entre os 16 e 18 anos, observa-se, entre os jovens, taxas menores de comparecimento e atitudes e percepções de rejeição à política<sup>1</sup>. O comparecimento na Costa Rica também vem decaindo significativamente<sup>2</sup>, fato perturbador, dado que este país é uma das democracias mais antigas da região latino americana.

A obrigatoriedade do voto e a existência e aplicação de sanções ao descumprimento dessa regra não conseguem explicar, por si sós, as diferenças nas taxas de abstenção eleitoral. Colômbia e Nicarágua são os maiores exemplos disso. Não sendo o voto obrigatório nos dois países, Colômbia apresenta média de 44% da população votando, enquanto Nicarágua apresenta 81%<sup>3</sup>. Outros casos oferecem

---

<sup>1</sup> No Brasil, o cadastramento de jovens para votar na próxima eleição foi 12% menor do que na anterior, segundo dados do TRE.

<sup>2</sup> Vargas Cullel, 2007. Em outros países, como Guatemala e Colômbia, as taxas de comparecimento eleitoral estão mais baixas do que nos EUA

<sup>3</sup> Fonte: Payne; Zovatto, 2006.

contrastes interessantes também: Equador, Venezuela e República Dominicana têm médias de voto equivalentes, sendo que o Equador possui sanções e elas são aplicadas, enquanto que nos outros dois países não há sanções especificadas para a violação da obrigatoriedade do voto.

Também importam as regras de cadastramento, que variam de país para país. O caso mais emblemático é o do Chile, com quase 30% da população não cadastrada<sup>4</sup>. Isso se deve ao fato de que lá o voto é obrigatório, mas o cadastramento para votar não o é.

Na última eleição presidencial no Brasil, um total de 83,3% da população apta a votar compareceu às urnas. A média de comparecimento às urnas no país entre 1978 e 2000 é de 82,9%<sup>5</sup>, uma das mais altas da região. Entretanto, possuímos taxas elevadas de descontentamento com as instituições, e desconfiança para com partidos e o Congresso Nacional e insatisfação com o funcionamento da democracia (LOPES, 2004; Moisés, 2008). Acreditamos que, para além da questão quantitativa do comparecimento, há também mudanças eleitorais qualitativas, bem como em termos da participação política como um todo, que merecem investigação.

Diversas teorias têm sido mobilizadas para explicar a participação na América Latina. A teoria da modernização foi utilizada para testar a previsão de que o maior desenvolvimento levaria a maior democracia e, com isso, maior participação. Por outro lado, a reespecificação desta teoria<sup>6</sup> prevê que as transformações que as sociedades pós-industriais vêm passando modificam os canais tradicionais de participação. O aumento nos padrões de vida, o crescimento do terceiro setor e as oportunidades educacionais em expansão ampliariam as demandas por uma participação pública mais ativa no processo político. Estas novas exigências, por sua vez, teriam encontrado expressão em outros canais de participação tais como ação direta, novos movimentos sociais e grupos de protesto.

A perspectiva institucionalista advoga a importância da estrutura do Estado em criar oportunidades para a participação. Diversos autores testaram o modo como as leis eleitorais, os sistemas partidários e modelos constitucionais ajudam a explicar diferenças em taxas de comparecimento eleitoral. A visão da cultura política acrescenta a este debate, por trazer à tona tanto os incentivos individuais à participação, como outros recursos que mobilizam a ação política. A perspectiva de Putnam (1996), com sua revisita ao conceito de capital social, levanta o papel de associações voluntárias e

---

<sup>4</sup> Altman, 2008.

<sup>5</sup> Fonte: Payne; Zovatto, 2006.

<sup>6</sup> Tal como advogada pelos autores: Daniel Bell, Ronald Inglehart e Russel Dalton.

grupos comunitários em estimular a participação. Outros investigadores mostram a importância do desenvolvimento das relações de confiança, otimismo e tolerância.

No que segue, trataremos de um dos itens dessa discussão mais ampla sobre a participação: a relação entre a cultura política e o comparecimento eleitoral no Brasil. Nossa questão é identificar, para além do voto obrigatório, quais variáveis já tratadas pela literatura da cultura política explicam o comparecimento eleitoral no Brasil. Para interpretar o caso brasileiro, utilizamos os dados do Barômetro das Américas<sup>7</sup> de 2008 e elaboramos um modelo de regressão logística<sup>8</sup>, cujos resultados podem ser vistos na tabela 1:

**Tabela 1**  
**Determinantes do Comparecimento Eleitoral no Brasil (Logit)**

	Odds Ratio	Std. Err.	Z	P>z	[95% Conf.	Interval
Sexo	0,9824047	0,18962	-0,09	0,927	0,6729685	1,43412
Educação	1,085576	0,024599	3,62	0,000	1,0384170	1,13488
Idade	1,0043460	0,005374	0,81	0,418	0,993868	1,01493
Participação em Associações Políticas	2,2781230	0,54888	3,42	0,001	1,4206690	3,65310
Participação em Grupos Comunitários	1,1012750	0,193468	0,55	0,583	0,7804769	1,55393
Participação em ONGS	0,4896066	0,125624	-2,78	0,005	0,2961037	0,809563
Participação em Associação de Pais ou de Mulheres	1,640733	0,393191	2,07	0,039	1,025777	2,62436
Participação em Associações Religiosas	1,05804100	0,181778	0,33	0,743	0,755546	1,48165
Satisfação com a Democracia	0,9795323	0,051093	-0,4	0,692	0,8843401	1,08497
Confiança nas Pessoas	1,0793180	0,139543	0,59	0,555	0,8377203	1,39059
Confiança no Congresso	0,9296699	0,05098	-1,33	0,184	0,8349337	1,03516
Confiança no Governo	1,008351	0,064716	0,13	0,897	0,8891624	1,14352
Confiança nos Partidos	1,151501	0,065576	2,48	0,013	1,029887	1,28748

\* Variável dependente: Ter votado na última eleição Presidencial (2006). Dados: Brasil, Lapop: 2008

Como podemos observar, a participação em associações está relacionada com a política, especificamente aqui com o ato de votar. A participação em associações de caráter político, como esperado, aumenta significativamente a chance de votar. Ou seja, a participação neste tipo de associação produz 116% a mais de chances de comparecer às urnas do que quem não participa. O envolvimento com organizações não-governamentais também ajuda a compreender as chances de voto. Entretanto,

<sup>7</sup> A série de *surveys* do Barômetro das Américas é conduzida pelo LAPOP - Latin American Public Opinion Project (LAPOP). Maiores informações em: [www.LapopSurveys.org](http://www.LapopSurveys.org). Agradeço ao LAPOP e seus financiadores (The United Stated Agency for International Development, The United Nations Development Program, The Inter-American Development Bank, e Vanderbilt University) pela concessão dos dados utilizados neste trabalho.

<sup>8</sup> Variável resposta binária: declarar ter votado na eleição para presidente de 2006. Incluímos como variáveis independentes: formas de participação em associações diversas, nível educacional, confiança interpessoal e nas instituições políticas.

aqui o fato de participar de ONGs e/ou grupos ambientalistas diminui as chances de participação eleitoral.

Ainda em relação ao tema do associativismo, a participação em associações de pais e /ou grupos de mulheres aumenta as chances de voto. Já a participação em grupos religiosos e comunitários parece não afetar o comparecimento às urnas..

De uma maneira geral, estes dados mostram que o envolvimento com diversos tipos de associações está relacionado com o comparecimento eleitoral no Brasil. O indivíduo mais participativo tem uma possibilidade muito maior de votar do que aquele que não participa, exceto nos casos das organizações não-governamentais.

Em consonância com outros resultados de investigação, a educação aparece aqui como forte preditor do ato de comparecer às urnas para votar. Cada ano completo de educação aumenta em 8% as chances de este comportamento ocorrer. Já a idade, mensurada de forma contínua, não foi significativa para explicar diferenças na propensão a comparecer às urnas.

Outras variáveis importantes da literatura da cultura política, entretanto, não foram significativas. A confiança interpessoal e a satisfação com a democracia parecem não afetar as chances de comparecimento. Também utilizamos outras formas de mensurar a confiança interpessoal e os coeficientes não resultaram significativos. Como a variável satisfação com a democracia é controversa, caberiam aqui maiores investigações.

Já a confiança política é relevante para estimular o comportamento eleitoral também no sentido positivo, com destaque para a confiança nos partidos políticos. Cada nível maior de confiança nos partidos está associado a uma chance 15% maior de voto.

Estes resultados nos instigam a continuar pesquisando as relações entre cultura política, estrutura institucional, desenvolvimento e participação. Uma visão mais compreensiva da ação política nos permitirá identificar também o peso dos fatores institucionais e sua atuação na criação de estruturas de oportunidade à participação.

#### **Bibliografia:**

- ALTMAN, David. *Individual, Economic, and Institutional Causes of Electoral Participation in Latin America*. Lapop Small Grant Series, 2008.
- LOPES, Denise M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, vol. X, n° 1, p. 162-188, 2004.